

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Dos Srs. Ivan Valente, Chico Alencar, Edmilson Rodrigues, Glauber Braga, Jean Wyllys; e Sra. Luiza Erundina)

Solicita ao Secretário-Geral da Presidência da República, Ministro Wellington Moreira Franco, informações acerca dos gastos do Governo com propaganda sobre a intervenção federal militar na área de segurança pública do Rio de Janeiro.

Solicito a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, após consulta à Mesa, sejam solicitadas ao Secretário-Geral da Presidência da República, Ministro Wellington Moreira Franco, informações acerca dos gastos do Governo com propaganda sobre mudanças na Previdência.

No final da tarde do dia 17 de fevereiro de 2018(sábado), o Governo Federal começou a divulgar nas redes sociais vídeos publicitários (obviamente com ônus) para justificar a intervenção federal militar na área de segurança pública do Rio de Janeiro. Segundo descreve e confirma a reportagem do jornal Folha de S. Paulo¹ do mesmo dia, a peça mostra militares nas ruas e diz que a medida vai levar segurança ao Rio de Janeiro e visa “devolver a tranquilidade ao cidadão”. Detalhe: sem qualquer informação sobre o planejamento da intervenção e suas consequências práticas.

No dia 22 de fevereiro, o jornal O Globo publicou anúncio² em duas meias páginas, sem assinatura de agência publicitária responsável, vendendo a

¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/governo-faz-propaganda-em-redes-sociais-da-intervencao-no-rio.shtml>

² Disponível em: <http://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20180222>

ideia de que “O governo que está tirando o país da maior recessão de sua história, agora vai tirar o Rio de Janeiro das mãos da violência”. Ao fundo do texto, há a imagem de uma família feliz, entre as praias do Leblon e Ipanema. Matéria da Revista Forum³, do dia 23 de fevereiro, informa que o custo de um anúncio desses, incluindo a produção, seria de R\$ 551.624,00, segundo dados que teriam sido repassados pela própria Editora Globo.

Cabe lembrar que fenômeno recente, embora em maior amplitude, aconteceu com a Reforma da Previdência, conforme já salientado também pelo PSOL em Requerimento de Informação ainda sem resposta. No caso da Previdência, as capas das revistas “Istoé”, “Istoé Dinheiro”, “Época”, e “Veja” foram compradas pelo Governo Federal para fazer propaganda em prol das mudanças nas regras da área. Antes disso, já havíamos apontado no passado, diversas matérias de diferentes órgãos de imprensa noticiaram gastos altíssimos do Governo com propagandas em favor das alterações no regime da Previdência (“Uol⁴”, portal “Poder360⁵”, da Folha de S. Paulo⁶).

Em novembro de 2017, o Governo pedira ao Congresso a liberação de R\$99 milhões a mais em verba publicitária para esta finalidade. Além da incoerência neste pedido (afinal, segundo o discurso do próprio governo, a “reforma” é necessária para uma redução radical de gastos públicos), já ali percebíamos uma ofensiva agressiva em união com os grandes meios de comunicação. Entre janeiro e junho de 2017, por exemplo, o Governo já havia **executado** R\$ 100 milhões em despesas com comunicação, incluindo a Previdência.

Assim, considerando a importância de seguirmos os preceitos elencados pela Constituição Federal, em seu artigo 37, no que tange à

³ Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/segundatela/2018/02/23/governo-torra-dinheiro-em-anuncio-sobre-intervencao-no-rio-com-familia-margarina/>

⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/07/11/temer-gasta-r-100-milhoes-em-campanha-pela-reforma-da-previdencia.htm>

⁵ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/zombaria-diz-renan-calheiros-sobre-propaganda-da-reforma-da-previdencia/>

⁶ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/11/1937464-congresso-autoriza-repasso-de-r-99-milhoes-para-publicidade-da-reforma-da-previdencia.shtml>

principiologia da Administração Pública, em especial a moralidade e a transparência pública, além obviamente da razoabilidade, indagamos:

- a) Qual foi o preço pago oficialmente pelo governo para a elaboração e produção da peça publicitária que ocupou as páginas de O Globo e qualquer outro veículo em que por ventura tenha saído material semelhante, bem como o material veiculado em redes sociais?
- b) Quais foram os preços pagos pelo governo por cada inserção da propaganda nos respectivos veículos? Apresente plano de mídia completo, com diferenciais de preços para anúncios convencionais.
- c) O Art. 37. § 1º da Constituição diz que: “A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”. Na opinião do Governo, a função da verba publicitária é convencer ou informar/educar? Neste caso, embasar o motivo alegado, principalmente em relação à prioridade deste tema em relação a outros.
- d) Quais foram as Agências de Propaganda que intermediaram à aquisição do(s) espaço(s)?
- e) O orçamento utilizado para a despesa pertence, originalmente, a que Ministério? Identificar o valor agregado e a rubrica orçamentária para pagamento das referidas publicidades. Identificar também se houve abertura de crédito orçamentário ou foi realizado remanejamento de recursos existentes para tais publicidades.
- f) Quais foram os gastos em campanha publicitária, apresentados de forma comparativa, em outros temas priorizados pelo governo? Apresente plano de mídia para cada tema no último ano, com diferenciais de preços para anúncios convencionais.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento vem se somar aos esforços da sociedade para que o poder instituído preste informações e seja transparente em suas escolhas. Em uma matéria de tanto relevo e sensibilidade como a intervenção federal militar na área de segurança pública do Rio de Janeiro, é interessante conhecer os métodos e os intuições do governo. Afinal, se ele representa a população, até que ponto pode-se utilizar de mecanismos de “convencimento” sem qualquer tipo de contraponto?

Os processos traumáticos pelos quais passamos exigem mudança drástica de conduta. É necessário à legitimidade de qualquer governo numa democracia a exposição de seus valores e suas reais preocupações ao tomar decisões. Pedimos tais esclarecimentos em favor da população e para fortalecer o papel da Casa Legislativa na fiscalização democrática. Principalmente após os vultosos gastos já aplicados à Reforma da Previdência, como assinalado também no neste requerimento. Se o Governo atual alega grande déficit gastos vultosos como os aqui elencados merecem uma justificação contundente à sociedade.

Nestes termos, requer o encaminhamento.

Brasília, 27 de fevereiro de 2018.

Deputado **IVAN VALENTE**
PSOL/SP- LÍDER

Deputado **CHICO ALENCAR**
PSOL/RJ

Deputado **EDMILSON RODRIGUES**
PSOL/PA

Deputado **GLAUBER BRAGA**
PSOL/RJ

Deputado **JEAN WYLLYS**
PSOL/RJ

Deputada **LUIZA ERUNDINA**
PSOL/SP